

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Governador

Recife, 15 de maio de 1995.

Excelentíssimo Senhor
Doutor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Digníssimo Presidente da República

Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes
70.150-900 – Brasília-DF

Senhor Presidente:

Tomamos conhecimento, através da imprensa, da decisão do Governo Federal de privatizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, produtora de energia para todos os Estados do Nordeste. Logo em seguida a notícia foi confirmada pelo decreto de Vossa Excelência, publicado no Diário Oficial de 4 de maio do corrente. Em declarações posteriores, no entanto, Vossa Excelência afirmou que não permitiria “privatizações selvagens”, como a significar que se dispõe a ouvir ponderações destinadas evidentemente a colaborar para que o acordo em torno de sua administração. Entendemos, por isso, ser do nosso dever, como cidadão e como Governador, transmitir-lhe algumas ponderações que esperamos sejam acolhidas naquele sentido, já que se trata de assunto relevante para todos os nordestinos.

Através de declarações à imprensa, feitas por autoridades ligadas ao sistema elétrico, ficamos sabendo da preocupação de alguns com o possível desmembramento da empresa. Ela seria vendida aos pedaços, perdendo o sistema, em consequência, a possibilidade de articulação das várias usinas construídas ao longo do rio. Esperamos que haja previsão para evitar os transtornos que isso causará às distribuidoras estaduais, dado o completo desconhecimento em que se encontram com relação às futuras decisões dos possíveis novos proprietários das geradoras.

Esse aspecto da questão precisa ter tratamento adequado, mas não constitui seu ponto principal. Qualquer que seja a solução, permanecerão sérios problemas decorrentes da execução do decreto presidencial; problemas operacionais que talvez não possam ser remediados: sobretudo problemas de fundo que ficarão sem solução e que se agravarão no médio e longo prazos.

Na verdade, deve-se partir da constatação de que o Governo Federal está vendendo o rio São Francisco, dito de integração nacional. O Velho Chico vai de cambulhada na privatização da CHESF, que não vive sem ele.

O elemento principal não são as máquinas nem as barragens. É a água do rio, que já é escassa, e disputada pela energia, pela irrigação e também pelas áreas secas de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Atualmente registra-se grande baixa na barragem de Sobradinho. Estudos realizados nas áreas de alimentação do São Francisco, inclusive pelo Ministro de Ciência e Tecnologia do atual Governo, indicam o perigo de que o rio venha a reduzir seu volume d'água e a desaparecer no próximo meio século, segundo os mais pessimistas.

De qualquer forma, os pareceres sobre o assunto concluem pela necessidade de recomposição do rio São Francisco, desde as cabeceiras, trabalho que exige tempo e muitos recursos. Não serão os possíveis novos donos que se disporão a enfrentar esse problema.

A isso se soma o fato de a energia da CHESF esgotar-se entre 2003 e 2005, dentro de 8 a 10 anos. Desde agora é preciso cuidar de novas unidades produtoras de energia, sendo difícil de acreditar que grupos privados estejam dispostos a fazer investimentos com dinheiro vivo, numa época em que o jogo financeiro mostra-se mais rentável que o próprio setor produtivo.

As concessões do começo do século, que duraram até o começo dos anos 60, paralisaram a região nordestina por falta de energia, sem falar na destruição da pequena usina de Delmiro Gouveia, primeira tentativa de aproveitamento do São Francisco.

A experiência da região neste particular é extremamente negativa. Mesmo após a chegada da usina de Paulo Afonso e até a época acima citada, as populações pobres do Recife não dispunham de energia elétrica. A concessionária privada não via lucratividade em estender as linhas além dos bairros de classe média, deixando capelas, escolas e serviços públicos em geral, inclusive o bombeamento d'água para os morros, sem energia necessária.

Além disso, em 1963, quando governávamos o Estado de Pernambuco, recebemos do órgão federal responsável pela fiscalização dos serviços de energia um levantamento mostrando que a concessionária já havia transferido para o exterior, antes de esgotada a concessão – cujo fim estava próximo – todo capital investido, os lucros previstos em lei e nos contratos, além de milhões de dólares acima dos legalmente permitidos.

Tais documentos infelizmente foram perdidos no Golpe de 64, sendo difícil que ainda existam nos arquivos públicos, depois de todo esse tempo. Para completar, em vez de devolver os excessos, a dita concessionária recebeu gorda indenização do governo do honrado Marechal Castelo Branco. Certamente com base em pareceres assinados pelo mesmo tipo de tecnocratas que hoje aconselham 'privatizações selvagens', às quais muito justamente Vossa Excelência se opõe de forma pública.

As privatizações estão quebrando estruturas de produção feitas segundo a lógica de descentralizar as atividades e de reduzir os desníveis regionais. A eliminação da equalização do preço do aço, por exemplo, tentada pelo ex-presidente Fernando Collor, antes da privatização das siderúrgicas, e consumada no governo do honrado presidente Itamar Franco, fechou inúmeras metalúrgicas nos Estados periféricos.

Talvez isso não chegue a torna-las “selvagens”, aos olhos dos que colocam o mercado como único regulador da economia, num País diferenciado e diversificado como o nosso.

A isso se juntam as moedas ‘podres’ e fatos como os registrados na privatização da CSN, em que o pagamento inicial dos compradores era menor do que os recursos que a companhia tinha em caixa. Mas, soma-se sobretudo o fato do seu presidente ter assumido a posição de principal arauto da venda da empresa que dirigia, quando o decoro impunha, no mínimo, uma posição de discrição.

Arauto foi e presidente continuou, com os compradores, sem que isso lhe custasse simples observação por parte dos seus superiores. Essa escancarada quebra de um mínimo de moralidade no serviço público, ao contrário, trouxe-lhe um mandato de deputado e a relatoria da comissão que decidiu pela quebra do monopólio do petróleo!!!

É ridículo pretender opor a Petrobras à União, como faz o relatório da comissão da Câmara dos Deputados. A empresa investiu mais em petróleo do que todas as multinacionais desde o começo do século. Por outro lado, indicam, como se fossem defeitos, vantagens que a Petrobras soube conquistar, sem apresentar falhas acumuladas por suas direções e que o corporativismo pode ter agravado. Os avanços da Petrobras não se constataram apenas na prospecção em águas profundas mas, principalmente, no fato de ter conseguido integrar todas as fases da exploração petrolífera, indo da produção à distribuição, passando pelo refino e pelo transporte.

Esse é o caminho que buscam as grandes corporações internacionais que, neste aspecto, foram também ultrapassados pela Petrobras, tanto ou mais do que do ponto de vista tecnológico. É estranho que as críticas à empresa recaiam, sobretudo, sobre o fato de ter conseguido estruturar o monopólio, como é de sua obrigação constitucional e legal.

Podem até existir deformações no relacionamento entre a Petrobras e a União. Mas é descabido pretender resolvê-las pela via da privatização ou da quebra do monopólio. A proposta do Governo Federal, na verdade, atenta contra ele, e o sentido dado à flexibilização preconizada por Vossa Excelência concede um monopólio formal à União e, na prática, a dispersão da exploração do petróleo nas mãos das multinacionais.

Esse desvio do que consideramos a linha preconizada por Vossa Excelência, com a qual, por sinal, não concordamos, mas que seria tolerável noutros termos, representa uma concessão gratuita de aquisições feitas pela Nação, no curso do tempo. Ninguém abre mão de monopólio, público ou privado, gratuitamente, como ora se pretende fazer.

Ao contrário, todos buscam o monopólio, se o objetivo são os resultados concretos do empreendimento. É o que ocorre com empresas que adquiriram unidades do setor petroquímico que começam a se estender, da produção de matéria-prima para fertilizantes, até o produto final e sua distribuição, em detrimento dos que se amparavam na Petrobrás para desenvolver essa atividade.

Nenhuma empresa, em qualquer época e em qualquer parte do mundo, abriu mão de monopólio, a não ser forçada pela intervenção do estado, como ocorreu nos Estados Unidos. Entre nós, a União quer abrir mão do controle de setores importantes, como o petróleo e as telecomunicações, embora detenha o poder de explorá-los e de corrigir os seus defeitos.

Noutros termos, a forma como vêm sendo colocadas as questões das privatizações dos sistemas energético e de mineração, e das flexibilizações dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, leva à conclusão de que, a pretexto de se promoverem o investimento e a concorrência, estar-se-ão apenas desestruturando os sistemas estatais existentes. Em troca, não há garantia da manutenção da totalidade dos serviços por eles prestados, estendendo-os equitativamente, para as diferentes regiões e para as variadas camadas da nossa população.

Por outro lado, não se tem sequer poder de impedir, nos mesmos e noutros setores, o surgimento de monopólios privados em substituição aos públicos. A corrida para a privatização ocorre no sentido de tais monopólios privados se apoderarem do que já está construído e consolidado, nunca para novas iniciativas a serem feitas num país tão grande e rico como o Brasil.

Infelizmente, a experiência mostra que, em todos os domínios acontece o mesmo fenómeno, como é natural, aliás, dado que o papel da iniciativa privada não pode ser jamais o de resolver problemas sociais ou corrigir diferenças regionais. Ela é de grande utilidade quando acoplada a um projeto geral com objetivos bem definidos.

No domínio das comunicações, assim como foi visto no tocante ao setor elétrico, enquanto as concessões e os grandes resultados iam para as empresas que interligavam os nossos principais centros urbanos da época entre si e com o exterior, o Marechal Candido Rondon esticava fios telegráficos no interior, montado em lombo de burro.

O toque de posicionamento entre correntes de pensamento que defendiam e defendem a estruturação do País a partir de suas potencialidades, tendo o relacionamento externo como complementar mas necessário, e os que se voltam preferencialmente para fora, existia antes e permanece agora.

A antevisão da possibilidade de inserir o Brasil na era industrial foi o motor do movimento que forçou, há mais de quarenta anos, o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras. Essa visão inovadora e transformadora da sociedade brasileira fez com que hoje, às vésperas do ano 2000, o Brasil seja o país sul-americano com melhor capacidade de participação na competitiva e globalizada economia mundial.

A instituição do monopólio estatal do petróleo foi, sem dúvida, um ato de firmeza e coragem. Nessa campanha os homens públicos da época tiveram como matéria-prima de trabalho, efetivamente, uma causa pública. Como há quarenta anos, a mesma ação se justifica hoje. Naquele tempo, muito mais do que considerações técnicas relativa à organização da produção de petróleo, foram razões de ordem estratégica que levaram à realização da campanha pelo monopólio. A empresa estatal era um dos instrumentos pelos quais o País poderia ousar superar o velho modelo primário exportador e patrocinar a construção de uma nação industrial. A Petrobras teve um papel histórico na indução e estímulo ao aumento da capacidade de produção do Brasil.

As circunstâncias mudaram, mas não a importância da Petrobras, do monopólio estatal do petróleo, da Eletrobrás e da Telebrás. Hoje, a ação transformadora se dá pela criação de condições que permitam a inserção das estatais brasileiras no ambiente competitivo internacional, não pela sua fragmentação, mas pela sua consolidação.

Da mesma forma que, após três décadas, o petróleo continua estratégico, a Petrobrás ainda precisa cumprir papel importante. Não há, no planeta, país do porte econômico do Brasil que tenha a mesma desenvoltura e a mesma disponibilidade energética. Enquanto os países do primeiro mundo se defrontam com as circunstâncias de alto consumo de petróleo e de baixas reservas, e a consequente dependência do fornecimento do Oriente Médio, o Brasil ocupa a confortável posição de produtor de aproximadamente dois terços do que consome. Isso, somado ao alto potencial hidroelétrico, constitui uma vantagem competitiva no mundo crescentemente carente de outras fontes de energia.

A perspectiva não é a mesma para os países ricos. Para preservar os interesses do Ocidente, dezenas de bilhões de dólares foram gastos na ocupação e proteção de campos de petróleo da Arábia Saudita e do Kuwait na Guerra do Golfo. As reservas dos grandes países estão se esgotando e a tendência é de que o produto atinja níveis de preços elevadíssimos nas próximas décadas. Se esse é o cenário mais provável, o petróleo não pode ser lançado no rol dos **commodities**, sem que se leve em consideração sua importância estratégica. Ele é um produto especial.

O grande interesse das empresas transnacionais é montar um modelo que integre, sob seu comando, todas as etapas do processo produtivo: prospecção, refino e distribuição. É exatamente esse o modelo seguido pela Petrobrás, fato que naturalmente a coloca como empresa preparada para atender a todas as exigências de inserção no mercado energético do futuro. A nossa empresa é a décima quinta do mundo em patrimônio líquido e a nona em refino e já está estruturada dentro do modelo integrado que suas principais concorrentes buscam montar no século XXI. Daí a pergunta: por que fragmentar a Petrobrás, para integrar e fortalecer as outras?

Além de já funcionar numa perspectiva de futuro, a Petrobrás desenvolveu tecnologia melhor do que qualquer outra empresa na exploração de petróleo em águas profundas. Enquanto as multinacionais perfuram poços no limite máximo de 700 metros, a empresa brasileira já encontrou petróleo na faixa dos mil metros. A Petrobras produz não apenas petróleo, mas gera tecnologia dos equipamentos que utiliza. O mesmo acontece com o refino, em que a estatal gera o projeto e encomenda à indústria brasileira a maior parte dos componentes. Na hipótese da abertura do refino às empresas transnacionais, não se tem nenhuma garantia de que elas vão manter essa política. Ao contrário, o mais provável é que tragam a refinaria, pronta, de fora.

A superioridade tecnológica da empresa pode ser confirmada no governo Ernesto Geisel, quando foram assinados contratos de risco com companhias estrangeiras para exploração de petróleo. Nenhuma delas conseguiu óleo porque não tinha domínio do processo interpretativo de solos, essencial para a descoberta. Acostumadas à exploração no Oriente Médio, elas falharam aqui porque não tinham o conhecimento que só pode ser adquirido pela prática de anos, como acontece com os técnicos da Petrobrás. Insistir nesses contratos significava grandes investimentos e alta taxa de risco, o que nenhuma delas quis assumir. A Petrobrás assumiu e triplicou em poucos anos a produção interna de petróleo.

Graças à estrutura que possui, a estatal tem sido capaz de atuar com eficiência na execução de projetos de caráter nacional e internacional, a despeito das dificuldades impostas pela política contraditória do Governo Federal. Consumada a flexibilização, não há como acreditar que a frágil burocracia do Ministério das Minas e Energia, ou empresas estrangeiras autônomas e em concorrência predatória, sejam capazes de adotar decisões que levem em conta os interesses nacionais.

A questão não é simplesmente abrir o capital para empresas privadas, mas abrir mão da nossa capacidade de influenciar, através de planejamento e coordenação, a dinâmica dos mercados internacionais de produtos e serviços estratégicos, dominada pela concorrência assimétrica dos grandes oligopólios internacionais. Nessa perspectiva, o que conta para a concorrência não é o número de empresas, mas sim forte estrutura e capacidade de comandar processos de expansão estratégica próprios da globalização.

A decantada privatização na Inglaterra foi precedida por estudos acurados e debates acirrados, que tomaram toda uma legislatura. Ainda assim, a conclusão generalizada é que a sociedade não obteve nenhum ganho com essa mudança. Por outro lado, a Argentina e o México, que tiveram pressa e acreditaram na falácia de proporcionar o aumento da concorrência para atrair o capital estrangeiro, alcançaram os resultados que todos conhecem.

Diante de tais circunstâncias, não há como aceitar nem mesmo a ideia da flexibilização do monopólio sem um amplo debate nacional sobre as condições em que se dará. Ela não pode acontecer sem que se definam seus limites, sem que se saiba até que ponto não interferirá na capacidade de decisão estratégica da empresa estatal.

→ (Como há quarenta anos, o Brasil vive novamente um momento decisivo. A democracia institucional que conquistamos a tão duras penas exige que a Nação Brasileira seja chamada ao debate e decida, em sã consciência, que alternativa pretende dar ao Brasil do próximo milênio. Sem o esclarecimento da sociedade, o debate da reforma constitucional se tornará leviano e o resultado que dela advier será, ostensivamente, um crime de lesa-pátria.) ← Depois

Temos convicção de que Vossa Excelência sempre desejou e deseja servir a nosso País e a seu povo. Não desejamos lamentar que, contra a sua vontade, por imposição de circunstâncias e por pressões de dentro e de fora a que todos estamos sujeitos, venham a ocorrer fatos que sejam o produto de “soluções selvagens”, como as que ocorreram no Governo passado, cuja chefia coube ao ilustre brasileiro e homem público respeitável, o doutor Itamar franco. São muitas as variáveis nesse momento decisivo que vive o País e no qual, como tivemos oportunidade de afirmar a Vossa Excelência na primeira audiência que nos concedeu em princípio de janeiro, precisamos preservar nossas posições, sem carregar, contudo, preconceitos ou intransigências.

Nosso desejo será sempre o de buscar uma convergência de forças que possa seguir, com equilíbrio, numa direção que assegure a soberania do nosso País e possa ajudar a resolver os problemas angustiantes da nossa gente. As soluções precipitadas, pela via do rolo compressor mais do que pelo debate democrático, podem criar situações danosas no presente e irreversíveis no futuro.

(A forma com está sendo vendida a CHESF, por exemplo, ameaça o Nordeste e desconhece a necessidade de preservação do seu ecossistema, além de se constituir em péssimo negócio para o País. Na verdade, é contra as regras elementares dos que correntemente negociam pagar dívidas com patrimônio. Uma vez bem instrumentalizado, este é sempre capaz de gerar meios que permitem sair de situações difíceis, salvo os que levam à falência, fruto da incapacidade de bem administrar.)

É necessário que possamos reverter a situação que nos condena a uma aterradora dependência. Os Estados do Nordeste já estão sujeitos a reparar escolas, cuidar da saúde, consertar estradas etc., com os recursos de empréstimos externos.

Devemos reconhecer a utilidade dos recursos internacionais, bem como a postura de cooperação que assumem os bancos que os liberam. Entretanto, a destinação desses recursos visa apenas a atenuar, e não deter, o crescente empobrecimento que nos impõem as circunstâncias e que nos coloca no caminho de uma subordinação contra a qual sempre lutamos. Temos esperança de que as mudanças ocorram no bom sentido, a despeito das apreensões que nos visitam com frequência. Contamos que Vossa Excelência saberá medir as decisões do presente com a visão no futuro, ajudando, como sabemos ser o seu desejo, a construção de um país melhor, “menos injusto”.

Considero do meu dever fazer estas considerações, assim como promover e estimular ações que eliminem ou, pelo menos, reduzam as distorções apontadas, decorrentes de medidas adotadas por motivos circunstanciais. E são circunstanciais as que visam apenas aliviar compromissos financeiros que, sem dúvida, podem ser resolvidos com o crescimento da economia.

Este crescimento passa por uma convergência de forças políticas e sociais que incentive e facilite o trabalho dos brasileiros. Essa convergência foi esboçada com a eleição de Vossa Excelência, contudo tende a se esvaír rapidamente, propiciando confrontações que deveriam ser evitadas.

É compreensível que existam tendências favoráveis e contrárias à privatização, num choque que pode se situar apenas no plano das convicções. Vão emergir, no entanto, símbolos dessa fase, no momento em que a tormenta passar ou mudar de direção. Os principais são os privatistas militantes, como o da Companhia Siderúrgica Nacional e agora também da Petrobrás.

Seguir o parecer de quem deixou tantos rastros é arriscar receber, com ou sem culpa, os respingos de uma postura que será inevitavelmente condenada.

(Espero que Vossa Excelência tenha condições de refletir sobre as razões que, de forma construtiva, estive expondo nesta carta.)

Com os protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR
Governador do Estado de Pernambuco